

MEMÓRIAS DA DITADURA BRASILEIRA EM “UM GOSTO AMARGO DE BALA”, DE VERA GERTEL

Margareth Torres de Alencar Costa
Joelma de Araújo Silva Resende

Resumo: Este artigo investiga as memórias da ditadura brasileira apresentadas por Vera Gertel em *Um gosto amargo de bala*, texto autobiográfico publicado em 2013 que apresenta a militância da autora na luta pela democracia do país. Vera Gertel herda dos pais esse desejo coletivo de mudar sua realidade; ainda na adolescência, começa a ler Marx e Engels, entra para a Juventude Comunista e sua militância segue, adentrando o período da ditadura militar. Ela recebia clandestinos, escondia armas, providenciava todo o suporte para os perseguidos, era a favor da luta armada e amiga de Marighella, que foi assassinado pelos militares. Coggiola (2001) é utilizado para apresentar o contexto histórico da época; Zinani (2010), Pollak (1989), Sarlo (2007), Figueiredo (2017) abordam as relações entre ditadura e memória; Seligmann-Silva (2000) e Dalcastagne (1995) escrevem sobre o trauma e a dor que permeiam o período retratado. Percebe-se que Vera Gertel tenta utilizar a escrita como catarse, um alívio para suas memórias traumáticas, porém, não consegue, pois estas trazem marcas que jamais serão esquecidas. E continuar vivendo, mantendo essas memórias vivas é uma forma de lutar contra esse esquecimento, fazendo com que não haja retorno de tempos tão dolorosos e difíceis, como foi na ditadura militar brasileira.

Palavras-Chave: Memória. Esquecimento. Ditadura. Vera Gertel.

MEMORIAS DE LA DICTADURA BRASILEÑA EN “UNA AMARGA GUSTO DE BALAS”, DE VERA GERTEL

Resumen: Este artículo investiga los recuerdos de la dictadura brasileña presentados por Vera Gertel en *Un sabor amargo de balas*, un texto autobiográfico publicado en 2013 que presenta la militancia del autor en la lucha por la democracia en el país. Vera Gertel hereda de sus padres este deseo colectivo de cambiar su realidad; aún en su adolescencia, comenzó a leer a Marx y Engels, se unió a la Juventud Comunista y su militancia continuó, entrando en el período de la dictadura militar. Recibió inmigrantes ilegales, escondió armas, brindó todo el apoyo a los perseguidos, estaba a favor de la lucha armada y era amiga de Marighella, quien fue asesinada por los militares. Coggiola (2001) se utiliza para presentar el contexto histórico de la época; Zinani (2010), Pollak (1989), Sarlo (2007), Figueiredo (2017) abordan la relación entre dictadura y memoria; Seligmann-Silva (2000) y Dalcastagne (1995) escriben sobre el trauma

y el dolor que permean el período retratado. Se nota que Vera Gertel intenta utilizar la escritura como catarsis, un alivio para sus recuerdos traumáticos, sin embargo, no puede, ya que estos traen marcas que nunca serán olvidadas. Y seguir viviendo, mantener vivos estos recuerdos es una forma de luchar contra este olvido, asegurando que no se vuelva a tiempos tan dolorosos y difíciles, como fue en la dictadura militar brasileña.

Palabras Clave: Memoria. Olvido. Dictadura. Vera Gertel.

Considerações iniciais

Esse artigo investiga as memórias da ditadura brasileira em *Um gosto amargo de bala*, de Vera Gertel. A autora escreve sua história e, ao mesmo tempo, descreve os anos cinzentos da ditadura no país, durante os quais ela se envolveu em lutas sociais, foi perseguida e participou ativamente contra um dos períodos mais cruéis da história do Brasil. Ainda na adolescência, Vera começou a ler Marx e Engels e entrou para a Juventude Comunista, sem que seus pais soubessem, pois a vida de militante era dura e incerta. Com o passar dos anos, envolveu-se cada vez mais nas atividades políticas. À medida que narra os acontecimentos políticos, ela também relata seus relacionamentos amorosos e sua carreira de atriz.

A casa de Vera tornou-se apoio logístico de grupos pacíficos e também daqueles dispostos a pegar em armas. Vera queria atuar na luta armada, mas o dilema era como fazer isso sem abandonar o filho. Ela recebia clandestinos, escondia armas, providenciava todo o suporte para os perseguidos. Trabalhava com Marighella, assassinado em 4 de novembro de 1969. Quando soube de sua morte, teve que recorrer à ajuda de um psicanalista para lidar com a perda do amigo e com toda a situação do país. Seu relato vai até o ano de 1974.

Através do relato de Vera Gertel, percebemos sua busca constante por um país democrático e que oportunizasse condições igualitárias de vida para todos, comportamento que ela aprendeu com os pais comunistas. Vera relata detalhes dos bastidores de um dos períodos mais violentos da história brasileira, e rememora as lutas que travou pela democracia desde muito jovem, através da participação em movimentos estudantis. Com o cenário brasileiro caminhando para o controle da vida das pessoas, censura e violência

contra manifestantes, Vera não pôde deixar de se inserir na busca por um país melhor.

Nesse sentido, as memórias de Vera Gertel nos revelam não só o contexto de uma época violenta contra a democracia, mas também os traumas que se revelam através de sua escrita. Em *Um gosto amargo de bala*, percebe-se esse sabor repugnante que insiste em não sair da boca de quem sofreu as atrocidades desse período da história do Brasil, que não deve ser esquecido. Embora as lembranças sejam cruéis, elas devem permanecer vivas. Isso a literatura faz: mantém vivas as memórias da ditadura, para que todos lembrem desse período do qual não queremos retorno.

A ditadura brasileira

Para compreensão do contexto ditatorial no Brasil, recorre-se a Coggiola (2001). De acordo com o referido autor, de forma geral, os regimes militares possuem alguns pontos em comum, como a dissolução de instituições, a crise de partidos políticos tradicionais, a militarização da vida política e social e, conseqüentemente, o crescimento econômico, social e político da instituição militar.

No caso do Brasil, antes de 1964 já existia um período de tensão, censura e violência por conta de disputas políticas: os sindicatos pressionavam por uma reforma de base, queriam reforma agrária, criação de CPI para investigar os ganhos de empresas multinacionais que se instalaram no Brasil; tudo isso ameaçava o controle do governo de João Goulart sobre o país. O governo norte-americano não iria ficar esperando seu poder sobre o país acabar devido à revolta de sindicatos e camponeses. Em abril de 1964, resolveram praticar o golpe decisivo, que derrubou o regime civil brasileiro.

No dia 31 de março de 1964 foi aprovado um plano militar norte-americano para envio ao Brasil de armas e munições para apoio aos militares golpistas. Porém, naquele momento não houve necessidade de uso de armas. Como se percebe, o investimento no golpe foi muito alto e continuou acontecendo ao longo dos anos para manutenção dos militares no comando do Brasil; como justificativa para a tomada de poder, era usado o argumento de que o governo de João Goulart estava ameaçado por comunistas, que

trariam desordem ao país. A promessa era de que a economia e a ordem precisavam ser restauradas.

Daí por diante, já é de conhecimento geral (embora seja sempre bom lembrarmos), o que aconteceu de 1964 a 1985: violência, arbitrariedades, descumprimento da Constituição, torturas e mortes. Sindicalistas, professores, artistas, estudantes, metalúrgicos, camponeses, homens e mulheres reagiram ao governo ditatorial dos militares-golpistas:

Durante o governo do General Garrastazu Médici (1969-1974) e, em menor intensidade, no governo Geisel (1974-1979), os agrupamentos identificados com a “luta armada” – no campo e na cidade – foram sendo perseguidos e eliminados, com enorme mobilização de tropas e do aparelho repressivo do Estado. No sul do Pará as forças repressivas mobilizaram um contingente militar envolvendo, aproximadamente, vinte mil soldados para debelarem a guerrilha dos militantes do PC do B. O resultado desta ofensiva foi o assassinato de pelo menos 61 militantes das forças guerrilheiras que atuavam no Araguaia. A repressão desencadeada contra os grupos armados acabou, entretanto, atingindo também um sem-número de pessoas que não estavam envolvidas, muitas das quais, além de presas de forma violenta e arbitrária, foram torturadas e assassinadas. Na luta contra as forças repressivas do Estado militarizado foram mortas mais de uma centena de pessoas e outras tantas são dadas como desaparecidas (COGGIOLA, 2001, p. 22).

Com o enfraquecimento dos militares, devido, dentre outros motivos, às relações com os Estados Unidos não ter se mantido tão fortalecida como antes, o regime militar chega ao fim e, em 1985, Tancredo Neves é eleito através de eleições indiretas. A Lei da Anistia, assinada em 1979 pelo Presidente João Figueiredo, também contribuiu para o fim das arbitrariedades dos militares.

Ditadura e memória

A relação entre memória e ditadura é relevante para duas áreas: literatura e história. No contexto da produção literária, a memória se

transforma em narrativa. No caso de países que sofrem períodos de ditadura, a reconstituição da memória nacional é de extrema importância para as fontes históricas e literárias e contribuem para construção de uma nova memória nacional. Na ditadura da América Latina, muitos atos de repressão são cometidos. Torturas, assassinatos e inúmeros desaparecimentos são praticados sob o pretexto de manter a ordem no país. A Literatura busca tematizar esse período de sofrimento; conforme Zinani: “a necessidade de registro ficcional é apontada como solução para aquilo que ultrapassa o conceito, pois o entendimento também depende de uma coerência formal que, às vezes, somente é obtida através da ficção” (ZINANI, 2010, p. 128). Portanto, ao ser transposto para o texto literário, o evento ditatorial é transmitido de maneira mais eficaz que um simples relato que não possui a força de um texto ficcional.

Desde o final do século XX, a memória tem sido um dos aspectos que preocupa a cultura. A memória é “entendida como modalidade de formar/manter a identidade individual e, especialmente, a coletiva” (ZINANI, 2010, p. 95). Como a memória é seletiva, deve haver uma negociação entre memórias individuais e memória coletiva, para que se tenha algo em comum.

Para Pollak (1989), a memória subterrânea é aquela que privilegia a análise dos excluídos e das minorias. Ela se opõe à memória nacional (oficial), e se sobressai em momentos de crise. A relação entre ditadura e memória subterrânea é muito importante para a literatura, principalmente quando essa memória é transformada em testemunho e concretizada em forma de narrativa. Normalmente, os relatos autênticos de sobreviventes de situações-limite não dispõem da força dos textos ficcionais. A narrativa baseada na memória apresenta falhas, devido à impossibilidade de lembrar detalhes, não há como abarcar totalmente o fato narrado:

A literatura de testemunho, na verdade, funciona como tradução de algo que efetivamente ocorreu. No entanto, é impossível reproduzir esse real, categorizado como um evento excepcionalmente doloroso, em situação normal, o que justifica a necessidade de sua apresentação através da literatura (ZINANI, 2010, p. 129).

Para Sarlo (2007), a literatura sobre a ditadura é uma tentativa de fazer com que a memória mantenha vivo tudo o que foi vivido, mesmo que sejam lembranças trágicas e que tragam novamente o sofrimento. É uma forma de impedir o esquecimento. Não podem ser esquecidos processos históricos que foram determinantes para a formação da identidade de cada país. Em muitos países, e destacam-se, aqui, os países da América Latina, essa luta pela democracia aconteceu desde suas origens.

A América Latina, desde a colonização, tem apresentado cenário político conturbado, seja através da escravização, exploração de matérias-primas e massacre da própria cultura, a dominação do continente por europeus persistiu por muitos anos. Com os movimentos emancipatórios, o foco de dominação mudou; agora, a própria América exerce esse papel. Assim, surgiram os movimentos populares, que foram reprimidos violentamente em diversos países. Em torno dos anos 1960, as oligarquias e o populismo foram duas situações políticas utilizadas para a manutenção do poder (ZINANI, 2010).

Nas oligarquias, o poder se concentrava nas mãos de grandes proprietários, que eram financiados por capital estrangeiro para manutenção do poder. O populismo aconteceu onde o sistema oligárquico já não era tão forte. Nessa situação, quem assumia o poder era pressionado pelas oligarquias rurais que ainda sobreviviam e pelo imperialismo que não admitiam perder seu espaço. Como as classes populares já estavam organizadas para lutar por seus direitos, é de se imaginar que o regime populista não tinha como se manter (ZINANI, 2010). Assim, surgem os grupos revolucionários, que reivindicam melhores condições de vida e lutam por seus direitos, e o grupo que está no poder passa a agir com truculência e violência para reprimir os “rebeldes”.

Figueiredo (2017) aborda a importância dos textos literários sobre a temática da ditadura, e assegura que toda a memória que esses textos carregam não pode ser esquecida, pois auxilia na investigação de todas as atrocidades cometidas naquele período: “Todo o trabalho de investigação do que ocorreu nos porões da ditadura é um dever da memória em relação às vítimas, a seus familiares e à sociedade em geral” (FIGUEIREDO, 2017, p. 13).

Figueiredo (2017) ainda destaca três momentos importantes relacionados ao resgate da memória do período da ditadura militar brasileira. O primeiro momento culminou no livro *Brasil: Nunca mais*, organizado por jornalistas, religiosos e advogados que conseguiram fotocopiar processos nos tribunais militares. O segundo momento foi a criação, em 1995, da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, que tinha o objetivo de “elucidar a situação dos mortos e desaparecidos no regime militar” (FIGUEIREDO, 2017, p. 17). E o terceiro momento foi a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012.

Nesse contexto, acontece a anistia, que significou um retrocesso em um momento em que se esperava que aqueles que foram responsáveis por tantas mortes, torturas e desaparecimentos fossem realmente considerados culpados. Anistia, para Figueiredo (2017) significa amnésia e “no caso da anistia brasileira, ela foi injusta porque protegeu e ocultou os culpados pelas torturas e assassinatos, impedindo a apuração da verdade e a punição dos responsáveis” (FIGUEIREDO, 2017, p. 24). Sendo assim, não foi possível acontecer o esquecimento e o perdão, pois, para que isso ocorresse, a punição dos responsáveis deveria ter acontecido: “A anistia pretende apagar as marcas psíquicas ou sociais, como se nada tivesse acontecido, enquanto a prescrição consiste na proibição de se aplicarem as penas legais depois de transcorrido um certo período de tempo após o crime cometido” (FIGUEIREDO, 2017, p. 33).

Assim, encontra-se na literatura brasileira uma série de obras literárias que retratam a violência cometida durante a ditadura no país. Homens e mulheres que sofreram torturas, prisões e as mais desumanas formas de violência resolveram escrever o que viveram para que isso não fique no esquecimento. Esse tipo de escrita revela todo o trauma que essas pessoas carregam e que nunca deixarão de carregar, pois o que sofreram vai muito além de sofrimento físico; elas tiveram suas almas, e sonhos torturados, e por isso, a escrita pode estar em pedaços também:

A escrita objetiva tende a homogeneizar para que seja fixada uma versão da História sem fissuras, ao passo que a Literatura, pelo viés da subjetividade, mostra resíduos de experiências fraturadas pela violência do vivido. É por

isso que a escrita do trauma é, frequentemente, uma escrita fragmentária e lacunar (FIGUEIREDO, 2017, p. 44).

Seligmann-Silva (2000), ao abordar o trauma, “uma ferida na memória” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 84), afirma que tanto “o testemunho deve ser visto como uma forma de esquecimento, uma ‘fuga para frente’, em direção à palavra e um mergulhar na linguagem, como também, por outro lado, busca-se igualmente, através do testemunho, a *libertação* da cena traumática” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 90). Com isso, entendemos que, ao escrever sobre o que viveu, o traumatizado busca libertação, almeja esquecer o que passou; a escrita torna-se, assim, uma possibilidade de rota de fuga.

Na visão de Seligmann-Silva (2000), falar ou escrever sobre o trauma vivido pode trazer a libertação tão desejada; o traumatizado sentirá alívio por colocar para fora todo seu sofrimento e assim acontecerá o processo catártico. Acredita-se que essa catarse pode acontecer ou não, devido a fatores como o tipo de trauma sofrido, o acesso ou não à assistência psicológica, auxílio da família e amigos, e os mais variados contextos externos e internos que podem influenciar nessa libertação.

Não se sabe se essa libertação do trauma sempre acontece a partir do testemunho, porém essa busca deve sempre acontecer. De acordo com Dalcastagnè (1996), essa fuga do trauma é necessária, já que ninguém quer viver preso a nenhuma dor, porque esta não serve para nada, como afirma a autora:

A dor não faz o homem mais forte, tampouco mais digno, não lhe perdoa os pecados, não lhe ensina coisa alguma que ele não pudesse aprender em meio à alegria. Nada, nenhum governo, nenhuma religião, nenhuma arte, pode justificar o sofrimento. Homem algum tem a obrigação de suportá-lo (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 137).

Sendo assim, o sofrimento não tem utilidade alguma, não tem razão de existir. Não se pode justificar a utilização do sofrimento para se obter determinados resultados positivos. Quem pratica a violência e causa dor aos outros o faz por maldade, por prazer em ver o sofrimento alheio, e não porque espera alcançar algo de necessário para o sofredor.

Memórias da ditadura brasileira em *Um gosto amargo de bala*

Vera Gertel já traz, desde o nascimento, a ligação com o engajamento social, o Comunismo, a clandestinidade. Seu pai, Noé, ao fazer seu registro, quando ela já tinha dois anos, desistiu de colocar seu nome de Anéli (em homenagem à Aliança Nacional Libertadora) como sua mãe queria. Segundo ele, esse nome levantaria suspeitas. É nesse contexto de militância dos pais, com mudanças constantes de residência, visitas ao pai na prisão, e família dividida, que Vera cresceu e se tornou, também, militante.

Vera relembra que, em 1937, durante o Governo Vargas, a ditadura foi instaurada com a justificativa de manter a ordem no país. O governo cometia atrocidades sob o pretexto de que estava defendendo o país do comunismo, livrando-o de uma total desordem. Assim, realizava prisões aleatórias e desrespeitava a lei, inserindo o fascismo no país. Vera, através da vida que seus pais levavam e da situação em que o país estava, cresce com o desejo de lutar por dias melhores, apesar de saber que não seria fácil a vida enquanto militante: “A situação de vida dos comunistas não andava melhor. Cadeia, clandestinidade, tortura, morte de companheiros, mas prosseguiram lutando para que Getúlio não aderisse ao eixo. Suas mulheres, quando não estavam presas, tinham dificuldade para sobreviver” (GERTEL, 2013, p. 30).

Com o pai na prisão, Vera e sua mãe, Raquel, vão morar na casa de um amigo desta. Para uma criança, lidar com pai preso, falta de moradia, vida clandestina, e as perguntas que as colegas da escola faziam não era nada fácil: “Por essa época, acumulei alguns tiques nervosos: repuxava e escancarava a boca em caretas horrendas, roía as unhas e batia um no outro até sangrar os ossinhos salientes da articulação dos pés” (GERTEL, 2013, p. 32).

Quando o pai sai da prisão, a família fica sem saber o que fazer da vida, tão acostumados que estavam em viver separados, sem residência fixa, fugindo da polícia. Não sabiam o que fazer com a liberdade, pois o comum para eles, inclusive para Vera, era viver um dia de cada vez, sem pensar muito no futuro, sem fixar raízes, com o temor e a preocupação sempre a rondá-los, como se realmente fossem criminosos: “De pensão em pensão – uma cautela

da clandestinidade —, pai, mãe e filha se sentiam deslocados também na vida. A cadeia deixa sequelas não só no condenado” (GERTEL, 2013, p. 37).

A ausência da mãe é outra marca que Vera carrega por conta da separação familiar. Com o marido na prisão, Raquel não tinha condições de se manter financeiramente, e a filha Vera ficava com alguém que pudesse cuidar dela: “eu gostaria mesmo é de ter minha mãe sempre por perto” (GERTEL, 2013, p. 40) e isso só acontecia nos finais de semana; “a família se visitava, em vez de morar junto” (GERTEL, 2013, p. 41). Com o pai fora da prisão e conseguindo trabalho, eles voltam a ficar juntos, porém, Noé é sempre visto como suspeito em qualquer conturbação política.

Vera, como já nasceu nesse ambiente de militância e clandestinidade, acostumou-se a conviver em meio às mudanças de moradia e discussões políticas. A vida clandestina era a única que ela conhecia, e por isso, era algo natural para ela. Aprendeu desde cedo pelo que os pais estavam lutando, pois a vida deles se resumia à militância: “Comiam, bebiam, sonhavam política. Como o ar que se respira, implantar a igualdade no planeta era o fundamento daquelas vidas” (GERTEL, 2013, p. 51). O sonho dos pais, de vencer o capitalismo e implantar o socialismo, para que a exploração do homem pelo governo tivesse fim, ia se tornando o sonho de Vera também:

Eu, com uma diferença de nove anos para meu irmão, desfrutava com naturalidade da semiclandestinidade. Participe das acaloradas discussões políticas entre os adultos, ficava fascinada com aquela gente corajosa, amiga e solidária, capaz de abdicar dos confortos de uma vida burguesa e confortável em prol da justiça social (GERTEL, 2013, p. 48).

Porém, Noé e Raquel, pais de Vera, não desejavam para a filha a vida da militância, pois sabiam dos perigos que passam as pessoas que lutam por justiça social em um país em que seus governantes tentam manter a dominação a qualquer custo. Vera tinha apenas 13 anos quando decidiu se engajar realmente na luta; entre as descobertas da adolescência e a paixão pela arte, ela resolve encarar o mesmo caminho dos pais:

Acreditando estar na hora de atuar politicamente, fui estudar Marx e Engels no grupo judaico Hashomer, sionista, sim, de esquerda, desejoso de implantar o socialismo em Israel. Como este não fosse meu país, deixei o grupo e entrei para a Juventude Comunista, sem que meus pais soubessem, pois eles não desejavam para a filha a vida de militante: dura, incerta, sacrificada e quase sempre frustrante (GERTEL, 2013, p. 67-68).

Essa escolha de Vera mudou os rumos de sua vida. Escolher lutar por justiça social significa, muitas vezes, abdicar de suas escolhas pessoais, visto que a qualquer momento poderia ser presa ou morta por lutar pelos interesses da coletividade. Não é uma luta por questões individuais e Vera sabia disso. E sabia também da importância da juventude se envolver na política: “Nunca foi nem será mau para estudantes fazer política, um exercício de cidadania, um combate à alienação” (GERTEL, 2013, p. 70).

Através do relato de Vera, acompanhamos algumas passagens da História do Brasil e do mundo, como a ditadura do Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial, o suicídio de Getúlio Vargas e os primeiros anos após o golpe de 1964. Nesse contexto, através dos acontecimentos e do posicionamento dos pais e da vida que levavam, Vera vai construindo sua identidade militante; se dedica a leituras e se envolve com o teatro engajado: “Como marxistas, não conseguíamos separar teatro, ou tudo que fazíamos, de uma visão política” (GERTEL, 2013, p. 85).

Enquanto Vera e seus companheiros estudantes lutavam pela tão almejada democracia, o governo procurava a qualquer custo se manter no poder, seja através da manutenção da ideia de que os comunistas e todos aqueles de esquerda queriam destruir o país, ou praticando todas as formas de violência possíveis. A direita sustentava a ideia que a UNE (União Nacional dos Estudantes) era um “antro de subversão” (GERTEL, 2013, p. 132) e assim desviava o foco do problema do país. Vera se assustou quando, em uma reunião de estudantes, em 31 de março de 1964, a UNE foi incendiada e, por pouco, ela e seus companheiros conseguiram escapar: “Estavam matando gente na praça” (GERTEL, 2013, p. 143). Naquele episódio, ela rememora o que já havia presenciado no passado: “Voltou-me à memória todo o sofrimento

com o golpe civil de 1937. Sabia que os golpistas tinham vindo para tomar o poder. Ficariam por muito tempo” (GERTEL, 2013, p. 144).

A memória de Vera, a partir desse episódio do ataque à UNE, serve para alertá-la que ações do passado podem voltar a acontecer. Na verdade, ações violentas já estavam acontecendo e tudo poderia piorar, pessoas já estavam sendo mortas; ela e seus companheiros de luta poderiam ter morrido queimados. Os golpistas queriam exterminar quem quer que tentasse atrapalhar sua manutenção no poder; há anos vinham arquitetando o golpe e, por fim, conseguiram concretizar:

Não era verdade que estávamos caminhando para um golpe comunista. A conspiração golpista vinha desde a derrubada de Getúlio, em 1954 (se não antes), que, com seu suicídio, apenas a retardou. O imperialismo norte-americano não estava nada contente com o monopólio do petróleo, as siderúrgicas nacionais, a industrialização, as encampações de empresas americanas feitas por Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, nem com as reformas de base anunciadas por João Goulart (GERTEL, 2013, p. 145).

O terror se instalou durante duas décadas no Brasil: censura, perseguições, torturas, mortes, tudo isso para quem ousasse se opor ao governo. “Nada do que se alegara sobre o perigo comunista, como pretexto ao golpe, se provara. Não houve retorno à democracia” (GERTEL, 2013, p. 175). O que houve foi o oposto, visto que a Constituição era desrespeitada e o país passou a ser comandado através de decretos, os Atos Institucionais. Para piorar a situação, os militantes entraram em divergência sobre como enfrentar os golpistas, se através da luta armada ou através da lua pacífica. Em 1968, com o assassinato do estudante Edson Luís, os movimentos de protesto tornaram-se mais radicais. Sobre a disposição das pessoas de entrarem na luta armada, Vera escreve: “talvez muito poucas estivessem dispostas a pegar em armas para enfrentar os militares, mas a grande maioria apoiaria essa forma de luta ou ela não teria durado de 1968 a 1974, quando a Guerrilha do Araguaia foi exterminada” (GERTEL, 2013, p. 217).

Apesar do medo e das perdas de amigos, inclusive Marighella, em decorrência da violência dos militares, Vera não recuava, muito pelo

contrário, se envolvia cada vez mais na luta. Foi intimada, presa e logo em seguida, solta. Sentiu necessidade de recorrer à Psicanálise, pois segundo ela: “Precisava de ajuda. Mortes, prisões, torturas, exílios pesavam a tal ponto que eu parecia carregar nas costas a culpa do mundo” (GERTEL, 2013, p. 226). E não era para menos. O contexto em que vivia era aterrorizador, mas apesar de todas as dificuldades, não tinha como voltar atrás; uma vez inserida na luta, só há um caminho: continuar. A militância estava em seu sangue:

Deixei de me interessar pela política institucional e só pensava na clandestina, que era exercida sob o medo de prisões, torturas, assassinatos e desaparecimento de opositores. Sofria pelos amigos e pelos que não conhecia. Admirava a bravura, o risco que corriam em suas ações, principalmente para libertar companheiros encarcerados (GERTEL, 2013, p. 242).

As memórias de Vera vão até o ano de 1974, e ela escreve sobre o quanto é difícil ela relembra tempos tão sombrios. Vera pensou que escrever sobre o sofrimento ajudasse a aliviar as dores, mas se enganou. Não há como reparar todo o sofrimento vivido, as lágrimas sempre vêm junto com as lembranças. Sobre sua escrita, revela:

Custou-me escrevê-las. O período foi duro. Por vezes, aos soluços. As lágrimas escorrendo mal me deixavam ver as palavras na tela do computador. Uma ou outra vez, pensei que pelo menos poderiam me servir como catarse. Que bobagem. Não há memórias, narradas ou escritas, capazes de nos livrar do sofrimento. A sobrevivência vai ser conseguir conviver com ele (GERTEL, 2013, p. 270).

Para Vera Gertel, escrever ou falar sobre tempos tão tenebrosos não servem como catarse, não ajudam a aliviar as dores vividas, porém pode-se considerar que, mantendo as memórias vivas, pode-se continuar lutando para que esse passado sombrio não retorne, causando tantas perdas e tanto sofrimento. Para Vera, continuar vivendo, apesar de tudo, já é uma vitória.

Considerações finais

A partir da investigação realizada sobre as memórias sobre a ditadura em *Um gosto amargo de bala*, de Vera Gertel, pode-se inferir que o testemunho de um passado traumático é essencial para que se evite o esquecimento. A ditadura militar no Brasil foi um período em que aconteceram as mais diversas formas de violência e perversidade, com a justificativa de se manter a ordem no país, livrar o país do comunismo e de terroristas.

Os textos literários produzidos com a finalidade de registrar o que ocorreu nessa época auxiliam no resgate de ações praticadas em um período obscuro da história do Brasil. Esses textos devem ser lidos para que possamos perceber as relações entre literária, história e memória, e resgatar aquilo que não pode ser esquecido.

O esquecimento, nessas situações, pode ser perigoso, porque corre-se o risco de se ter novamente o mesmo período de truculência, violência, censura e todas as atrocidades que foram vividas. O registro do testemunho, no caso de Vera Gertel, por mais que não tenha servido como catarse e libertação da experiência traumática, serve para que se fique sempre em alerta do quanto se precisa da democracia, e do quanto a ditadura deve ser sempre rejeitada.

Referências

COGGIOLA, Osvaldo. *Governo Militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

DALCASTAGNE, Regina. *O espaço da dor*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

GERTEL, Vera. *Um gosto amargo de bala*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

ZINANI, Ceci Jeanine Albert. *História da Literatura: questões contemporâneas*. Caxias do Sul, RS: EducS, 2010.

Recebido em 21 de maio de 2021.

Aceito em 18 de junho de 2021.